

## 1. Introdução

Margaret E. Keck

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

KECK, ME. *PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. pp. 11-36. Introdução. ISBN: 978-85-7982-029-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## 1. INTRODUÇÃO

A transição brasileira para a democracia começou em 1973, com a decisão do presidente militar, general Ernesto Geisel, de dar início à liberalização gradual do regime, e terminou em 1989, com a realização da primeira eleição presidencial direta, depois de três décadas. Tão notável quanto a duração da transição foi a tentativa de os militares manterem controle sobre a situação durante grande parte do processo, bem como o desejo demonstrado pelas forças políticas mais importantes no campo democrático de não precipitar uma ruptura decisiva com o regime autoritário. Para os estudiosos que tentavam compreender a transição de regimes autoritários, a experiência brasileira de início parecia representar um modelo a ser seguido, por parecer propiciar uma oportunidade para que forças antagônicas pudessem negociar uma série de acordos ou pactos que garantiriam a continuidade da democratização.<sup>1</sup> As avaliações posteriores foram sendo cada vez menos otimistas, pois o processo de articulação do pacto foi-se mostrando tão elástico e permeável, que acabou por solapar sua própria credibilidade. Já em 1988, estudiosos como Guillermo O'Donnell haviam chegado ao ponto de duvidar da “sabedoria” do juízo do senso comum, segundo o qual a relativa prosperidade econômica do Brasil e o fato de ter vivido uma experiência autoritária menos repressiva resultariam em uma transição mais fácil. Ao contrário, argumentava O'Donnell que, em razão de o regime autoritário brasileiro ter tido um êxito relativo maior que os de outros países latino-americanos, tanto no plano econômico quanto político, os atores que sobreram daquele período conservaram um grau significativo de influência e poder no atual governo brasileiro. Como

---

<sup>1</sup> Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter, *Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies* (Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1986). Os autores ressaltam a importância da elaboração de pactos no processo de democratização. Contudo, também reconhecem problemas potenciais nessa fórmula, observando: “assim, a solução da transição sob forma da democracia limitada sofre um sério déficit de legitimidade a médio e longo prazos, se comparado a regimes onde aparentemente os cidadãos têm oportunidades reais de remover os ocupantes de cargos, e onde os líderes parecem mais verdadeiramente responsáveis pelos seus atos perante o público”. (p. 42)

resultado da continuidade da sua presença, o Brasil mostra-se particularmente vulnerável ao estilo de regressão “por morte lenta”.<sup>2</sup>

Os estudos sobre a transição brasileira produziram uma visão algo esquizofrênica a respeito das últimas décadas da história do país. Por um lado, os estudiosos que examinaram as instituições políticas e o Estado salientaram, com razão, uma continuidade essencial nos padrões de elaboração de políticas públicas e de interação política, a persistência de relações clientelísticas e patrimoniais, a predominância de acertos informais entre as elites sobre os acordos institucionais e a manutenção das prerrogativas militares.<sup>3</sup> Ao mesmo tempo, muitos acadêmicos brasileiros e estrangeiros discutiram algumas mudanças ocorridas na sociedade civil brasileira — o surgimento de um vasto espectro de movimentos sociais, que propunham reivindicações no plano socioeconômico e, ao mesmo tempo, questionavam noções elitistas acerca da política. Uma leitura desse tipo de trabalho pode dar a impressão de que a mudança, e não a continuidade, foi a característica dominante da transição brasileira. De forma análoga, a avaliação dos atores históricos reais sobre as oportunidades políticas abertas diante deles durante a transição também difere; de fato, a própria definição do que era possível tornou-se um campo de confronto político. Muitas elites políticas viam na emergência de novas formas de ação coletiva nos anos 70 uma ilustração clara da necessidade de se pôr fim ao regime militar, representando ao mesmo tempo uma onda de apoio à transição democrática. Para muitos dos participantes desses movimentos, esse processo significava a constituição de novos atores, cuja reivindicação de um lugar ao sol no cenário político ia muito além da exigência do fim do regime militar. Estudou-se muito pouco a interação entre esses dois processos: no primeiro, altamente conservador, as formas tradicionais de predomínio das elites foram mantidas e mesmo reforçadas; no outro, surgiram novas formas de organização social e política que tentaram contestar o *status quo*.

---

<sup>2</sup> Guillermo O'Donnell, “Challenges to democratization in Brazil”, *World Policy Journal* 5 (2): 282, Spring 1988.

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, Frances Hagopian, “The politics of oligarchy: the persistence of traditional elites in contemporary Brazil” (tese de doutoramento, Massachusetts Institute of Technology, 1986); e Ben Ross Schneider, “Politics within the State: elite bureaucrats and industrial policy in authoritarianism” (tese de doutoramento: to, Berkeley, University of California, 1987). Sobre os militares, ver Alfred Stepan, *Rethinking military politics: Brazil and the Southern Cone* (Princeton, Princeton University Press, 1988).

Parte da dificuldade de se juntar essas duas visões do Brasil contemporâneo reflete uma genuína falta de interação, durante a transição, entre o Estado e os partidos políticos controlados pelas elites de um lado e, de outro, as novas formas de organização da sociedade. As duas visões refletem, num sentido muito real, dois Brasis: um, em que as interações pessoais entre as elites constituem a própria matéria da política e, outro, em que organizações cada vez mais representativas dos membros a elas afiliados reivindicam relações mais institucionalizadas. A falta de interação entre esses dois Brasis foi ilustrada de modo exemplar quando o governo Sarney tentou negociar um pacto social com os sindicatos, concedendo, nas conversações, uma posição privilegiada aos líderes trabalhistas que mais provavelmente apoiariam as propostas governamentais, e não àqueles que representavam as novas e mais poderosas organizações trabalhistas. A incapacidade do governo em reconhecer que a elaboração do pacto exigiria que se tratasse com as instituições mais representativas, e não com as mais dóceis, condenou as conversações ao fracasso, desde o início.<sup>4</sup> Entretanto, este exemplo nos leva a uma segunda razão para explicar a dificuldade dos analistas em entender a relação entre as duas versões da transição. Não é difícil entender que a maior parte dos trabalhos acadêmicos sobre a transição tenha salientado os aspectos ligados aos processos e à dinâmica, e não às estruturas e às instituições. Esta ênfase dada aos processos resultou de uma tentativa de se compreender e mapear a diversidade dos caminhos para a democratização, salientando, com razão, a incerteza essencial das transições de regime. Não obstante, mesmo nas primeiras análises teóricas sobre a transição de regimes na América Latina, a ideia de que a negociação de pactos poderia desempenhar um papel importante já levantava, implicitamente, algumas questões sobre a natureza das partes neles envolvidas. No decorrer da transição para a democracia, seria de esperar que as negociações entre pequenos grupos das elites pudessem gradualmente dar lugar a entendimentos entre instituições representativas.

Considerar a transição democrática no Brasil focalizando a construção das instituições ilumina aspectos que um modelo processual perde de vista. Em particular, essa perspectiva orienta nossa atenção para a

---

<sup>4</sup> Uma discussão desse processo se encontra em meu estudo “Labor and transition in Brazil”, em Samuel Valenzuela, ed., *Labor movements and transitions to democracy* (Notre Dame, University of Notre Dame Press, no prelo).

mediação — ou falta dela — entre os tipos de desdobramentos que se evidenciam na formação dos movimentos sociais e nas transformações do movimento operário, por um lado, e, por outro, a esfera pública do debate político e da tomada de decisões.

Até mais do que sua duração, o que é notável na transição brasileira para a democracia é o alto grau de permeabilidade, elitismo e personalismo das instituições nominalmente representativas — em particular, os partidos políticos.

Este livro é um estudo de uma anomalia. Diferentemente de outros partidos políticos criados nos anos 80, o Partido dos Trabalhadores tinha uma base sólida no meio operário e nos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que levava a sério a questão da representação (tanto na sua organização interna quanto em relação às bases eleitorais) e formulava sua proposta em termos programáticos. O PT e a central sindical com a qual está organicamente (embora não institucional ou juridicamente) vinculado, a CUT, constituem os novos, coerentes e institucionalizados atores políticos que surgiram durante a transição brasileira.

O PT nasceu da conjunção da súbita e generalizada onda de protesto operário do final da década de 70, com um período de debate na esquerda sobre o tipo de partido (ou partidos) político(s) que se deveria construir na transição para a democracia. Na agenda do partido, a contestação do *status quo* incluía reivindicações tanto no plano substantivo quanto no dos procedimentos e métodos de ação. Como partido socialista, propunha mudanças radicais na orientação das políticas econômicas e sociais, para beneficiar os menos favorecidos. Como partido democrático e participativo, sugeria uma nova concepção de política, na qual os setores da população anteriormente excluídos teriam poder para falar por si mesmos. Desde o início, tanto os que apoiavam quanto os que atacavam o PT reconheceram que o partido representava uma nova experiência na história política brasileira. A esquerda do espectro político legal no Brasil fora tradicionalmente ocupada por partidos populistas dirigidos pelas elites ou pelo Partido Comunista, durante o seu breve período de legalidade, em meados da década de 40.<sup>5</sup> Até então não havia surgido nenhum partido a

---

<sup>5</sup> Sobre o Partido Comunista, ver Ronald H. Chilcote, *The Brazilian Communist Party: conflict and integration 1922-1972* (New York, Oxford University Press, 1974); e Arnaldo

partir das bases, contando com um forte apoio da classe operária e tendo uma parte considerável de sua liderança originária do movimento operário.

A própria existência do PT parecia implicar o colapso de padrões fortemente enraizados de controle do sistema político das elites. Entretanto, a inexperiência do partido e a fraqueza da esquerda colaboraram para que o PT mantivesse uma posição bastante marginal com relação ao processo político por quase toda a década de 80. A natureza do próprio processo de transição e a capacidade de os políticos de elite (tanto os que inicialmente foram aliados dos militares quanto os de oposição) manterem um alto grau de controle arbitrário sobre o processo político, em nome da conciliação e da flexibilidade, foram outros fatores que contribuíram para a marginalização do PT. Ao se aproximar o fim do governo civil indiretamente eleito do presidente Sarney, a onipresença da corrupção e a incompetência governamental, além de uma profunda crise econômica, haviam abalado a legitimidade dessas elites, favorecendo, nas eleições presidenciais diretas de 1989, aqueles que menos se associavam com o regime de transição.

O confronto que daí resultou, entre Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva, líder do PT, foi uma rigorosa representação da distinção entre os dois Brasis anteriormente mencionada, ou, como disseram alguns comentaristas após as eleições, entre um Brasil desorganizado e outro organizado. De todos os candidatos que participaram do primeiro turno das eleições, Collor e Lula eram os que apresentavam as posições menos e mais definidas, respectivamente. Ao mesmo tempo em que a vitória de Collor demonstrava que os padrões elitistas da política no Brasil ainda continuavam predominando, a margem estreita de sua vitória constituía uma indicação do grau de polarização existente. Os pequenos 6% que faltaram para eleger um antigo metalúrgico, sindicalista e fundador do Partido dos Trabalhadores ao cargo máximo da República, nas primeiras eleições presidenciais diretas que ocorriam em três décadas no país,

---

Spindel, *O Partido Comunista na gênese do populismo* (São Paulo, Símbolo, 1980). Sobre o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro (principal partido trabalhista populista da década de 1940), ver Angela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo* (Rio de Janeiro, IUPERJ/Vértice, 1988); e Maria Victoria Benevides, *O PTB e o trabalhismo* (São Paulo, Brasiliense, 1989).

indicavam que algo, de fato, devia ter mudado no Brasil. O PT era tanto um reflexo quanto uma causa dessa mudança.

O que se lerá a seguir é um estudo interpretativo das origens e dos anos de formação do PT e dos aspectos da transição democrática que, ao mesmo tempo, deram-lhe sustentação e forçaram-no a atuar dentro de limites definidos. Por ser tão diferente de outros partidos brasileiros, o PT, em sua trajetória política, oferece-nos um ponto de vista interessante a partir do qual focalizaremos a mudança institucional durante a transição. Sua sobrevivência, por mais anômala que possa ter parecido de início, lança luz sobre algumas mudanças na sociedade brasileira que não foram suficientemente levadas em conta pelas elites que conduziram a transição. Ao tempo em que o grosso da pesquisa em que se baseia este estudo estava sendo realizada, a sobrevivência do partido não era, de forma alguma, algo que parecesse inevitável. Como, então, podemos dar conta do desenvolvimento do partido?

Este estudo procura demonstrar que, para entendermos os anos de formação do PT, devemos levar em consideração tanto as oportunidades com as quais o partido pôde contar quanto os limites com que se defrontou. Nas primeiras fases da transição o enorme senso de possibilidade e a crença amplamente difundida de que grandes mudanças eram possíveis ajudaram o rompimento de barreiras culturais, a participação popular na política e a criação do partido. Posteriormente, à medida que a maioria dos políticos de oposição ia adotando uma perspectiva cada vez mais conservadora sobre as possibilidades de mudança, a impressão de que existiam opções ilimitadas foi desvanecendo e o PT passou a ser visto por amplos setores como um partido utópico ou, por causa de sua identificação com uma política de classe, rígido e sectário. A partir de 1982 até meados da década de 80, a dificuldade do partido em encontrar um lugar na arena política institucional fomentou uma série de dilemas e crises que quase o destruíram. Finalmente, a desilusão generalizada com a duração da transição e, em especial, com o desempenho desastroso da administração Sarney ajudou a impulsionar o PT para que viesse a ocupar a posição de uma alternativa real.

A ênfase dada ao contexto em que o PT se formou segue a linha daqueles enfoques da ação coletiva que veem a mobilização como uma

resposta a um aumento das oportunidades política.<sup>6</sup> Entretanto, mais do que a maioria dos estudiosos que trabalham nessa perspectiva, considero a oportunidade política como algo passível de interpretação pelos atores envolvidos na ação e o espaço político como um espaço construído nas lutas pela interpretação do que é possível. As oportunidades políticas nem sempre são reconhecidas e, mesmo quando visíveis, nem sempre são aproveitadas. Os elementos contextuais não podem, por si só, explicar por que o PT sobreviveu, nem por que finalmente conseguiu tornar-se um importante veículo de expressão do descontentamento com relação ao regime. Não obstante, eles ajudam a compreender por que, no caso brasileiro, a construção do movimento não deu lugar à formação das instituições por um processo linear, assinalando o término de um ciclo de mobilização, mas constituiu, ao contrário, uma passagem feita através de um processo mais circular e mutuamente reforçador, que envolveu uma tentativa de redefinição das fronteiras do político.

O enfoque que adotei neste trabalho faz parte daquela categoria de estudos da ciência política, atualmente designada como histórico-institucional. Ele procura focalizar, num quadro histórico concreto, um ato inesperado de criação política, problematizando tanto alguns elementos do contexto no qual o partido surgiu quanto o novo ator histórico assim criado. Num trabalho recente, Rogers Smith procura demonstrar que a ciência política faria bem em tomar como sua unidade central de análise “não classes ou grupos ou sistemas ou escolhas instrumentalmente racionais, mas, antes, como sugerem Skocpol e os novos institucionalistas, o problema mais geral da relação ‘estrutura-agente’ em si mesmo, a interação entre contextos estruturais que (possivelmente) exercem uma influência e as ações (possivelmente) significativas dos agentes políticos”.<sup>7</sup> Tornando como foco de análise a complexa interação entre o contexto estrutural em que se formou o Partido dos Trabalhadores — no qual fatores socioeconômicos combinavam-se com variáveis especificamente políticas e com a teia de significados associados à transição para a democracia — e o

---

<sup>6</sup> Uma revisão dessas abordagens se encontra em Sidney Tarrow, “National politics and collective action: recent theory and research in Western Europe and the United States”, *Annual Review of Sociology*, 14: 421-40, 1988.

<sup>7</sup> Rogers M. Smith, “The new non-science of politics: on turns to history in political science”, texto elaborado para a Conferência da CSST com o tema “The historic turn in the human sciences”, Ann Arbor, Michigan, 5-7 Oct. 1990.

conjunto de decisões e conflitos envolvidos na própria formação do partido, espero fazer com que ambos sejam vistos sob uma nova luz. Ao mesmo tempo, tal enfoque interativo talvez possa evitar alguns dos perigos tanto de um determinismo reducionista quanto de um idealismo voluntarista, ajudando a compreender os limites da vontade política, bem como as escolhas disponíveis para se interpretar os fatores coercitivos que restringem a ação política.

Desde o início, o partido defrontou-se com uma série de dilemas organizacionais e políticos, cujas resoluções estavam longe de ser asseguradas. Quais eram as concessões e os ganhos envolvidos no fato de o PT tornar-se um partido legal, dentro dos limites estabelecidos pelo regime militar? Como o partido poderia ajudar a promover a organização autônoma da classe trabalhadora (concebida em sentido amplo) e, ao mesmo tempo, representar os operários e os pobres no plano político? Os partidários eleitos para funções governamentais deveriam responder por seus atos perante os membros do partido ou perante o corpo mais amplo de seus eleitores? Como o partido poderia garantir da melhor forma a democracia interna e uma ampla participação? Como poderia lidar com as facções internas? Como iria resolver o dilema eleitoral<sup>8</sup> e avaliar as vantagens e desvantagens (*trade-offs*) envolvidas na escolha entre manter uma identificação estreita com sua base operária ou desenvolver uma proposta suficientemente ampla para ganhar eleições? As alianças com outros partidos poderiam diluir sua mensagem programática? Todos esses problemas colocavam-se de forma muito concreta, muitas vezes simultaneamente, durante a primeira década de existência do partido. O modo pelo qual ele enfrentou essas questões moldou de maneira profunda o início de sua evolução e deu-lhe condições para colher os benefícios de sua marginalização inicial. Portanto, o exame desse processo de formação é crucial. Essa análise concorda com Panebianco, quando este se propõe a

... reafirmar a intuição fundamental da sociologia clássica, em particular a weberiana, com relação à importância do momento de fundação das instituições. A maneira pela qual as cartas são distribuídas e os resultados das diferentes rodadas que se jogam na fase de formação de uma organização continuam, de muitas

---

<sup>8</sup> Sobre o dilema eleitoral dos partidos da classe trabalhadora, ver Adam Przeworski, *Capitalism and social democracy* (Cambridge, Cambridge University Press, 1985), capítulo 3.

maneiras, condicionando a vida dessa organização, mesmo depois de décadas. A organização certamente passará por modificações e mesmo por mudanças profundas, ao interagir, ao longo de todo o seu ciclo de vida, com o ambiente em constante transformação no qual se insere. Entretanto, as escolhas políticas cruciais feitas por seus fundadores, as primeiras lutas pelo controle organizacional, e o modo pelo qual a organização se formou, deixarão uma marca indelével.<sup>9</sup>

Além de sua interação com o ambiente político da transição, um elemento crucial na experiência formadora do PT (o que Panebianco chamaria seu “modelo genético”) foi a relação entre o partido e o movimento operário. Os trabalhadores não foram o único elemento constitutivo da base inicial do partido — a esquerda organizada, ativistas católicos, políticos progressistas, intelectuais e representantes de outros tipos de movimentos sociais tiveram e continuam a ter um papel crucial em vários aspectos da organização do partido. Não obstante, foram os vínculos com um movimento cada vez mais autônomo e poderoso dos sindicatos brasileiros em prol de mudanças substantivas que favoreceram a legitimidade inicial do PT, bem como sua capacidade de sobrevivência, apesar de uma conjuntura política adversa.

O combativo movimento operário que se manifestou pela primeira vez nas amplas ondas grevistas de 1978-79 dava às elites brasileiras um poderoso sinal de que os trabalhadores estavam determinados a tomar seu destino em suas próprias mãos. Começando nos subúrbios industriais do ABC paulista, o coração da indústria automobilística, as greves espalharam-se por outros setores industriais e de serviços por todo o Brasil. Surgiram novos líderes, entre eles, o carismático Luís Inácio da Silva, conhecido por toda a parte como Lula. Ele, que começou em São Bernardo do Campo, tornar-se-ia o primeiro presidente do PT. Para muitos dos que defendiam a formação de um novo partido político de base popular — processo discutido no capítulo 3 —, o surgimento de novos e autênticos líderes operários mudou o foco do diálogo. A partir de então, a participação desses sindicalistas seria decisiva para a formação de um partido que se dizia representante dos trabalhadores.

---

<sup>9</sup> Angelo Panebianco, *Political parties: organization and power* (Cambridge, Cambridge University Press, 1988), p. xiii.

Assim, embora esta relação fosse vital para a formação e o desenvolvimento inicial do PT, ela não foi simples. O PT não era um partido que contava com um “patrocínio externo”,<sup>10</sup> no mesmo sentido em que isto pode ser dito do Partido Trabalhista britânico; embora os sindicalistas desempenhassem um papel central na criação do partido, ele não foi criado pelos sindicatos enquanto organizações. As mudanças ocorridas nas organizações operárias no final da década de 70 e ao longo dos anos 80 não tiveram como resultado a criação de uma organização única em nível nacional, nem levaram a um enfoque consensual da ação política. Essas mudanças serão discutidas com mais detalhes no capítulo 8. Entretanto, embora o PT não fosse patrocinado pelos sindicatos, as relações que com eles mantinha legitimaram-no em certos momentos do seu desenvolvimento e desempenharam um papel central na constituição de uma coalizão dominante no interior do partido. O PT nunca foi simplesmente o braço político de um setor do movimento operário. Entretanto, definir o tipo de relação que o partido enquanto instituição deveria ter com o movimento operário, em especial com a CUT, foi um dos desafios mais difíceis que teve de enfrentar durante o período estudado.

## **O Partido dos Trabalhadores numa perspectiva comparativa**

Para os pesquisadores europeus e americanos, entre os quais eu mesma me incluo, um dos aspectos mais fascinantes do surgimento do PT no Brasil, em 1979-80, consistia na sua aparente semelhança com os partidos de base socialista da Europa na virada do século. Muitos dos relatos iniciais sobre a formação do partido comparavam-no com o Partido Trabalhista britânico. A ideia era a de que, com o crescimento, no Brasil, do operariado industrial (bem como dos trabalhadores de alguns setores de serviço), tanto por seu volume quanto pela sua militância, o surgimento da classe operária como uma força **política** seria o próximo passo nesse processo. Implicitamente inferia-se que o espaço político que tal partido deveria ocupar estava organicamente dado, faltando apenas quem viesse preenchê-lo.

As análises sociológicas dos partidos e do desenvolvimento político reforçam amplamente essa impressão. A discussão de Lipset e Rokkan

---

<sup>10</sup> Idem, *ibidem*, p. 51.

sobre as divisões mais importantes que operam na formação dos sistemas partidários<sup>11</sup> poderia nos levar a interpretar o surgimento do PT como uma afirmação de classe enquanto fragmentação significativa na política brasileira — e nos aconselharia a considerar a relação entre o desenvolvimento de uma política de classe e outras parcelas importantes do sistema político. Os marxistas e os desenvolvimentistas liberais partilham alguns dos mesmos pressupostos acerca do desenvolvimento, a saber: uma vez que uma classe trabalhadora atinge certo nível de desenvolvimento — em termos de tamanho e sofisticação organizacional — é provável que seja considerada e tratada como politicamente relevante. Embora isso não signifique que a classe seja **sempre** uma variável politicamente importante em países que contam com um operariado desenvolvido, o poder da previsão é tal que sua ausência torna-se algo a ser explicado.<sup>12</sup> A renovada atenção dada à classe como variável politicamente significativa na Europa ocidental, após a agitação operária do final dos anos 60 e início da década de 70,<sup>13</sup> apenas reforça nossas expectativas, pela implicação de que, embora a sua relevância política nem sempre possa ser aparente, ela, entretanto, está lá, como um potencial.

O Brasil nunca teve um partido de afiliação de massa que correspondesse à tradição partidária socialista, socialdemocrata ou trabalhista europeia, mas os níveis de urbanização, industrialização e organização operária nos levariam a esperar que tal partido surgisse, se tal correlação fosse feita automaticamente. O pressuposto da correspondência (que é, efetivamente, a conjectura da importância da classe na determinação

da organização política e do comportamento eleitoral em sociedades que atingiram certo nível de industrialização e urbanização, que adotaram o sufrágio universal) foi, na verdade, objeto de muita crítica teórica. Do argumento de Lipset e Rokkan de que a classe é apenas uma de um conjunto de divisões historicamente relevantes na formação dos partidos, até as hipóteses sobre o comportamento racional de Downs, passando pelo ataque de Sartori ao reducionismo sociológico no tratamento de questões políticas,<sup>14</sup> ficou claro que as distinções de classe, num dado contexto socioeconômico, não se traduzem de forma direta em um tipo particular de partido e/ou comportamento eleitoral. A distinção entre um uso descritivo do conceito de classe nas relações de produção e a ideia de formação de classe — o que os marxistas costumavam simplesmente chamar a diferença entre classe em si e classe-para-si — foi, ela própria, discutida como um processo político na obra de Adam Przeworski.<sup>15</sup>

Examinando a existência desta aparente correspondência histórica no caso dos partidos socialdemocratas europeus, Alessandro Pizzorno procurou demonstrar que não foram os próprios processos socioeconômicos que deram origem a partidos de massa, mas sim a conjuntura política que esses processos produziram nos sistemas políticos desses países. A **crise** originada pelo surgimento das massas urbanas e a extensão do sufrágio, e não a taxa de emprego na indústria ou o aumento do tamanho das cidades, criaram o contexto e a oportunidade para sua formação. Essas condições, por definição, eram destinadas a não durar.<sup>16</sup> A capacidade de tais partidos de desempenhar uma função integradora, isto é, de ganhar para as instituições democráticas a fidelidade da classe trabalhadora, pode também ter sido vinculada aos tipos de condições contextuais esboçadas por Robert Dahl: a existência anterior de um sistema parlamentar apoiado por uma

---

<sup>11</sup> Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan, “Cleavage structures, Party Systems and voter alignments: an introduction”, em Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan, eds. *Party systems and voter alignments* (New York, The Free Press, 1967).

<sup>12</sup> Explicações desse tipo se encontram, por exemplo, na discussão de Kirchheimer sobre o declínio das classes e o surgimento do partido ônibus (Otto Kirchheimer, “The transformation of the Western European Party Systems”, em Joseph La Palombara e Myron Weiner, eds. *Political parties and political development*. Princeton, Princeton University Press, 1966, p. 177-200); as hipóteses de convergência ou da sociedade industrial — por exemplo, Ralf Dahrendorf, *Class and class conflict in industrial society* (Stanford, Stanford University Press, 1959), e a tese de Kornhauser sobre a sociedade de massas (William Kornhauser, *The politics of mass society*. Glencoe, The Free Press, 1959).

<sup>13</sup> Veja-se, como um exemplo apenas, a coleção em dois volumes editada por Colin Crouch e Alessandro Pizzorno, *The resurgence of class conflict in Western Europe since 1968* (New York, Holmes & Meier, 1978).

---

<sup>14</sup> Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan, “Cleavage structures, Party Systems and voter alignments: an introduction”, cit.; Anthony Downs, *An economic theory of democracy* (New York, Harper & Row, 1957); Giovanni Sartori, “From the sociology of politics to political sociology”, em Seymour Martin Lipset, ed. *Politics and the social sciences* (New York, Oxford University Press, 1969).

<sup>15</sup> Adam Przeworski, *Capitalism and social democracy*, cit., especialmente os capítulos 1-3.

<sup>16</sup> Alessandro Pizzorno, “The individualistic mobilization of Europe”, em S. R. Graubard, ed. *A new Europe? A timely appraisal* (Boston, Beacon Press, 1964), citado em Stefano Bartolini, “The membership of mass parties: the social democratic experience 1889-1978”, em Hans Daalder e Peter Mair, eds. *Western European Party Systems* (Beverly Hills, Sage, 1983), p. 213.

classe média ampla e fiel com uma liderança de elite fiel e experiente; a extensão pacífica da participação política através do sufrágio, desenvolvendo lideranças operárias e permitindo-lhes participar do sistema político e entrar no governo; a vontade e capacidade dos empresários de darem aos operários melhores condições socioeconômicas; e a capacidade do governo de empreender reformas estruturais sem alienar outros segmentos sociais.<sup>17</sup> Embora no Brasil a crise em tomo da democratização possa de fato assemelhar-se por seu impacto àquela que, segundo Pizzorno, existia na Europa na virada do século, aqui as condições especificadas por Dahl não se acham preenchidas.

Apontar esses problemas não significa pretender que o projeto do PT fosse impossível ou irrealista, mas apenas enfatizar ainda mais que os tipos de condições nas quais os partidos de massa surgiram e cresceram no contexto europeu muito provavelmente não se aplicam aqui, e que, embora alguns dos *insights* desenvolvidos naquele contexto possam fornecer uma base para a formulação de questões sobre a dinâmica e os dilemas do desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores, não podemos importar os modelos em todas as suas partes. No desenvolvimento dos sistemas partidários ou modelos de participação política latino-americanos, somente o Chile apresenta uma correspondência razoável com a literatura europeia; ao contrário de muitos outros países da América Latina, o Chile de fato teve um Poder Legislativo relativamente bem desenvolvido antes do surgimento de estruturas estatais burocráticas fortes, e algumas das condições apontadas por Dahl parecem aplicar-se melhor ao caso chileno. Pode muito bem ser que, como argumenta Fernando Henrique Cardoso, a combinação das circunstâncias apresentadas pelo processo de transição e a dinâmica entre, de um lado, a existência de um Estado centralizado e burocratizado e, de outro, o surgimento de novas formas de participação, venha a produzir uma configuração diferente dos partidos no Brasil.<sup>18</sup>

Assim, há sérias razões para se duvidar que os partidos políticos no Brasil seguirão a trajetória de desenvolvimento dos primeiros países que se industrializaram. Todavia, os analistas brasileiros continuam notando que

---

<sup>17</sup> Robert A. Dahl, “Some explanations”, em Robert Dahl, ed. *Political oppositions in Western democracies* (New Haven, Yale University Press, 1966), p. 361.

<sup>18</sup> Fernando Henrique Cardoso, “A democracia na América Latina”. *Novos Estudos Cebrap* 10: 45-56, out. 1984.

são necessários mecanismos políticos para mitigar os níveis extremos de desigualdade social e econômica do país. A realização de um nível moderado de “cidadania social” sob o regime capitalista praticamente sempre ocorreu quando houve algum partido (ou partidos) importante(s) de esquerda aliado(s) de alguma forma a um movimento operário. A origem do PT, significativamente diferente da dos partidos de esquerda que o Brasil conheceu no passado, bem como as mudanças importantes que ocorreram na organização e na capacidade de atuação do movimento operário inevitavelmente colocaram a questão de saber se ele, PT, poderia ser um veículo para a realização de mudanças desse tipo.

De um ponto de vista histórico, as clivagens politicamente relevantes no Brasil não foram essencialmente sociológicas; ao contrário, foram políticas e relacionais, ou, mais especificamente, basearam-se no acesso aos detentores do poder de Estado e nas atitudes com relação a eles (a chamada “situação”). Assim, o sistema pluripartidário do período 1945-64 foi organizado em grande parte em volta da figura e do legado de Getúlio Vargas e o sistema bipartidário de 1965-80 em torno do apoio ou da oposição ao governo militar.<sup>19</sup> Embora tanto classe quanto região figurem como variáveis importantes na análise do comportamento eleitoral, elas nunca forneceram medidas adequadas de previsão. Ao contrário, as diferenças sociológicas devem ser entendidas em *relação* às divisões primárias político-relacionais. As propostas baseadas em questões de justiça substantiva — o que O’Donnell chama *lo popular*<sup>20</sup> — ocultaram uma dimensão de classe sob uma mensagem populista mais ampla.<sup>21</sup>

Por outro lado, as clivagens politicamente relevantes no Brasil também não foram essencialmente ideológicas. O lugar central que o

---

<sup>19</sup> Até 1945, os partidos eram basicamente regionais; esse fato foi reforçado pela importância dos governadores estaduais durante a Primeira República. Apenas com a reforma partidária de 1945 é que se fizeram esforços para garantir a implantação de um sistema partidário nacional. Uma discussão dos sucessivos sistemas partidários do Brasil, encontra-se em Bolívar Lamounier e Rachel Meneguello, *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro* (São Paulo, Brasiliense, 1986).

<sup>20</sup> Guillermo O’Donnell, “Tensions in the bureaucratic-authoritarian-State and the question of democracy”, em David Colher, ed. *The new authoritarianism in Latin America* (Princeton, Princeton University Press, 1980).

<sup>21</sup> Sobre classes e populismo, ver Francisco Weffort, *O populismo na política brasileira* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978).



Estado ocupa na vida política brasileira faz com que se organize uma oposição entre “os de dentro” e “os de fora”, e não entre organizações que apresentam visões programáticas alternativas.<sup>22</sup> Douglas Chalmers formulou a hipótese de que, no contexto sociopolítico latino-americano, os partidos que não apresentam identificações sociológicas e ideológicas muito claras podem, na verdade, ser funcionais.<sup>23</sup> Este argumento, no entanto, parece não poder sustentar-se diante da existência de **questões** altamente polarizadoras, em especial os conflitos redistributivos, que produzem polarização segundo um alinhamento de classes e desafiam a capacidade das hierarquias verticais para contê-los. Um caso típico do Brasil no início dos anos 60 foi a questão da reforma agrária; outro foi a proposta das reformas de base por João Goulart, em que se incluíam não só a reforma agrária mas também a incorporação de novos grupos (os analfabetos) ao sistema político e a possível legalização do Partido Comunista. O surgimento dessas questões, particularmente no contexto da crescente agitação social tanto no campo quanto nas áreas urbanas, polarizou o Congresso em dois blocos opostos (cada um dos quais formado por facções da maioria dos partidos) e pôs fim à possibilidade de compromisso baseado em oscilantes alianças de expediente.

Enquanto a “questão social” era tratada, sobretudo fora do sistema político competitivo, esse tipo de configuração partidária fluida podia funcionar, ainda que de maneira conflitiva. O Congresso brasileiro não era um corpo político destinado tão só a ratificar decisões tomadas em outra parte, apesar de apresentar uma ficha de serviço relativamente pobre em termos de iniciativa legislativa. Sua importância residia particularmente na capacidade que tinha de provocar crises governamentais.<sup>24</sup> No entanto, a fraqueza dos partidos políticos brasileiros tem muito a ver com o relativo

---

<sup>22</sup> Sobre o período 1945-64, ver especialmente Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)* (São Paulo, Alfatomega, 1976). Para uma discussão recente e fascinante dos mecanismos de utilização dos recursos estaduais pelo partido em Minas Gerais, ver Frances Hagopian, “The politics of oligarchy...”, cit.

<sup>23</sup> Douglas A. Chalmers, “Parties and society in Latin America”, em Steffan W. Schmidt, James C. Scott, Cari Lande e Laura Guasti, eds. *Friends, followers and factions: a reader in political clientelism* (Berkeley, University of California Press, 1977).

<sup>24</sup> Ver Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*, cit., p. 106; e Robert Packenham, “Functions of the Brazilian National Congress”, em Weston Agor, ed. *Latin American legislatures: their role and influence* (New York, Preget, 1979), p. 259-86.

isolamento das principais decisões em matéria de políticas públicas no campo social com relação ao processo da política competitiva, uma herança do Estado centralizado de Vargas.<sup>25</sup> As mudanças que tiveram lugar sob o regime militar, tanto nas relações trabalhistas quanto na política de seguridade social, mantiveram a posição central do Estado, mas eliminaram muito da dimensão paternalista da sua administração nas questões sociais. Esta desvinculação teve um efeito sobre a politização das questões sociais durante a transição para a democracia. Com o aumento dos poderes conferidos ao Congresso na Constituição de 1988, é provável que essa politização venha a aumentar.

Num corpo político fluido como o que existe no Brasil, é difícil achar o nível apropriado de análise para discutir as instituições políticas. A maioria dos estudiosos concorda que é problemático falar sobre partidos políticos no contexto de um “sistema” partidário no Brasil; de fato, no prefácio à versão brasileira do seu livro *Partidos e sistemas partidários*, Giovanni Sartori nega a adequação do seu modelo para analisar os sistemas partidários brasileiros, por serem carentes de consolidação estrutural. Sartori procura demonstrar que a unidade de análise apropriada no caso dos países latino-americanos (à exceção do México e do Chile) é o partido político considerado de forma individual.<sup>26</sup>

Entretanto, os partidos políticos não se desenvolvem isoladamente, mas, sim, em relação aos desafios e aos dilemas que surgem na luta pelo controle político para se determinar a forma de uma sociedade. Se chegam a se institucionalizar, parece provável que, como Angelo Panebianco e outros procuraram demonstrar, eles desenvolvam um interesse crescente pela sua própria sobrevivência organizacional, e os incentivos que motivam a lealdade à organização passem a dizer menos respeito à identidade coletiva que aos benefícios seletivos.<sup>27</sup> Essa visão do padrão de institucionalização partidária pressupõe, no entanto, um nível de institucionalização do sistema político e padrões de comportamento político que historicamente não

---

<sup>25</sup> Este é um argumento central em Maria do Carmo Campello de Souza, op. cit.

<sup>26</sup> Giovanni Sartori, *Partidos e sistemas partidários* (Rio de Janeiro, Zahar, 1982).

<sup>27</sup> Ver Angelo Panebianco, *Political parties: organization and power*, cit., capítulo 4.

existiram no Brasil, a não ser durante a transição para a democracia,<sup>28</sup> período durante o qual se desenvolveram lentamente.

Diante disso, as perspectivas de que um partido como o PT viesse a se consolidar pareciam frágeis. O espaço político na esquerda não é dado organicamente, mas construído. Num ambiente institucional como o do Brasil, onde, historicamente, os partidos políticos definiram-se mais em relação ao Estado que em relação uns aos outros, localizá-los em um espectro balizado pelas posições de direita/esquerda sempre foi um empreendimento precário. As arenas institucionais no interior das quais um partido como o PT — mesmo mantendo ligações com um movimento operário cada vez mais organizado — poderia promover mudanças significativas eram tão fracamente institucionalizadas (no sentido atribuído por Huntington a esse termo)<sup>29</sup> que, com frequência, elas serviram para desorganizar, e não organizar, a vida política no Brasil.

Há também outras diferenças. Na maioria dos países europeus nos quais se desenvolveram partidos trabalhistas, socialistas e socialdemocratas fortes, o setor manufatureiro representava por si só mais de 20% da população economicamente ativa no início do século XX. Se combinarmos a manufatura, a mineração, a construção e os transportes,<sup>30</sup> esta proporção torna-se ainda mais dramática. No Brasil, esses setores representavam 15,24% da PEA em 1872, e alcançaram somente 19,65% em 1960.

<sup>28</sup> Scott Mainwaring, “Political parties and prospects for democracy in Brazil”, texto apresentado no XIV Congresso Mundial da International Political Science Association, Washington, 28 de agosto a 1º de setembro de 1988.

<sup>29</sup> Huntington mediu a institucionalização segundo quatro dimensões: adaptabilidade-rigidez; complexidade-simplicidade; autonomia-subordinação; e coerência-desunião. Ver Samuel P. Huntington, *Political order in changing societies* (New Haven/London, Yale University Press, 1968), especialmente o capítulo 1.

<sup>30</sup> Em seu estudo sobre estratégia partidária, organização de classes e voto individual, Adam Przeworski e John Sprague adotaram uma definição de trabalhadores que incluía “assalariados manuais empregados em mineração, manufatura, construção e agricultura, pessoas aposentadas nestas ocupações, e os membros adultos inativos de suas famílias”, definição mais completa do que a que está sendo usada operacionalmente neste trabalho. Ver Adam Przeworski, *Capitalism and social democracy*, cit., p. 104. Para fins de comparação, estou utilizando números agregados para a proporção da população economicamente ativa empregada em mineração, manufatura, construção e transporte, reconhecendo que esses dados só podem ser considerados indicativos, e não inteiramente descritivos da estrutura de classe.

Comparativamente, a mudança que ocorreria ao longo das duas décadas seguintes foi enorme: entre 1960 e 1980 o emprego nesses setores triplicou em termos absolutos, e subiu para 29,07% da PEA.

Tabela 1.1 – Empregos na indústria manufatureira, mineração, construção civil e transportes:

País	Data	um quadro comparativo	
		Total de empregos em manuf., min., constr., transporte	% da PEA
Bélgica	1880	1.001.500	37,3
Bélgica	1910	1.767.800	51,1
Bélgica	1961	1.815.500	51,7
Bélgica	1978	1.596.391	39,1
França	1886	4.590.000	27,6
França	1906	6.884.000	33,2
França	1962	8.316.700	42,2
França	1975	7.858.500	36,0
Alemanha*	1882	6.690.300	37,9
Alemanha	1907	12.012.200	44,8
Alemanha	1961	16.655.100	64,6
Alemanha	1978	9.531.000	35,3
Grã-Bretanha	1881	7.039.000	55,3
Grã-Bretanha	1911	10.996.000	60,0
Grã-Bretanha	1961	12.720.400	53,0
Grã-Bretanha	1977	11.004.000	41,9
Itália	1881	4.558.700	27,2
Itália	1911	4.912.300	29,9
Itália	1964	9.061.000	45,0
Itália	1978	8.565.000	39,4
Suécia	1880	173.200	9,5
Suécia	1910	676.500	30,8
Suécia	1960	1.669.400	51,5
Suécia	1975	1.380.599	35,8
Brasil	1872	810.500	15,2
Brasil	1920	1.443.000	15,1
Brasil	1950	2.928.300	17,1
Brasil	1960	4.453.000	19,7
Brasil	1980	12.572.706	29,1

\* Os dados de 1882 e 1907 são da Alemanha unificada; os de 1961 e 1978 são da República Federal Alemã.

Fonte: Os dados até a década de 1960, inclusive, são de T. Deldycke, H. Gelders, J. M. Limbor, “La Population Active et sa Structure” (Université Libre de Bruxelles, Institut de Sociologie, Centre d’Economie Politique, Editions de l’Institut de Sociologie, 1968). Os dados da década de 1970 relativos à Europa são do International Labour Office, *Yearbook of Labour Statistics 1979* (Genebra: International Labour Organization, 1979). Os dados relativos ao Brasil da década de 1980 são do IBGE, *Censo Demográfico do Brasil: Mão-de-Obra 1980*.

Se o único fator levado em conta fosse o tamanho, poder-se-ia argumentar que a população trabalhadora que historicamente deu seu apoio ou participou da formação dos partidos socialistas ou trabalhistas no Brasil só alcançou uma “massa crítica” necessária após o período de rápido crescimento industrial do final dos anos 60 e início da década de 70; tendo alcançado essa massa crítica, a formação de um tal partido deveria ser esperada e, em correspondência com o modelo, resultados semelhantes deveriam seguir-se.

No entanto, problemas significativos com esta formulação tornam improvável que o desenvolvimento do PT venha a seguir, quase cem anos mais tarde, exatamente o mesmo caminho que os partidos socialistas, socialdemocratas ou trabalhistas da Europa. A diferença está no momento do “tempo mundial” em que surgiu o partido. Os partidos mais antigos cujas bases encontravam-se em movimentos operários atravessaram seu período de formação numa época em que o tamanho absoluto e relativo da classe operária industrial estava expandindo e continuaria ainda a fazê-lo por algum tempo. A noção do “seremos todos” parecia razoável. As comunidades operárias e as organizações socialistas fundiam-se para formar uma base cultural distintiva, que enfrentava como único sério concorrente, no plano ideológico, a Igreja Católica, como demonstra o crescimento de correntes operárias democrata-cristãs e social-cristãs em países como a Itália e a Bélgica.

A formação de partidos de massa, nessa conjuntura da história mundial, também traz à mente vários fatores que foram analisados para explicar por que declinaram no contexto europeu. A burocracia estatal ocupou lugar central nos processos de tomada de decisões, o que debilitou o papel dos partidos como canal de acesso ao governo; a transmissão de informação política solapava, na grande mídia, suas funções educativas e informativas; o Estado de bem-estar substituiu o papel de assistente social

antes desempenhado por alguns partidos; o Estado passou a competir com o partido e com associações voluntárias tanto a nível de sociabilidade e participação de afiliados, como a nível de lazer; e, em alguns casos, o financiamento estatal substituiu, em termos de importância para esses partidos, o financiamento através da rede de afiliação<sup>31</sup>. No mínimo, os dois primeiros fatores dessa lista são tão importantes no Brasil quanto nos países para os quais se coloca a questão do declínio do partido de massa,<sup>32</sup> e o primeiro talvez ainda mais. Os processos sócio-históricos associados ao surgimento dos partidos operários de massa, isto é, a industrialização e a extensão do sufrágio (a todos os adultos alfabetizados; os analfabetos ainda permaneceriam excluídos), ocorreram no Brasil sob os auspícios de um Estado centralizado, onde o Congresso tinha um papel muito limitado na determinação das políticas públicas. Nas condições vigentes no final do século XX, a possibilidade de se constituir um “partido-ghetto” não está entre as opções disponíveis.<sup>33</sup>

De início, os partidos operários adotaram estratégias eleitorais porque acreditavam que o processo de industrialização levaria irrevogavelmente a uma situação em que os trabalhadores constituiriam uma maioria absoluta da população. Assim, o sufrágio universal, objetivo desde cedo defendido pelos partidos operários europeus, faria com que, nos sistemas democráticos cujas instituições políticas baseiam-se no governo da maioria, esses partidos, mais cedo ou mais tarde, chegassem ao poder. Na verdade, como os operários nunca se tornaram uma maioria numérica nesses países, esses partidos foram forçados a escolher entre manter sua “pureza” de classe ou ampliar sua proposta em direção a

<sup>31</sup> Esses argumentos estão resumidos em Stefano Bartolini, “The membership of mass parties...”, cit.

<sup>32</sup> Um artigo clássico sobre o declínio dos partidos de massas, no qual o autor discute sua famosa ideia sobre a ascensão do partido ônibus, é o de Otto Kirchheimer, “The transformation of the Western European Party Systems”, cit., p. 177-200.

<sup>33</sup> Fernando Henrique Cardoso desenvolve este argumento em “A democracia na América Latina”, cit.; embora ele talvez coloque uma ênfase indevida em sua afirmação de que o Brasil corresponde a um modelo de sociedade de massas moderna, seu argumento, em linhas gerais, parece válido.

outros grupos, com risco de diminuir a importância da classe como um princípio organizador do comportamento político.<sup>34</sup>

Como mostram os dados da tabela 1.1, no momento em que o Partido dos Trabalhadores se formava no Brasil, na maior parte do mundo o tamanho do operariado industrial estava de fato em declínio. No Brasil, entre os anos 60 e 80, ele se expandiu a uma taxa extraordinariamente rápida, pois a industrialização deslocou-se para a produção ampliada de bens de capital e de consumo duráveis. Entretanto, as tendências atuais da indústria brasileira sugerem que se deva esperar uma desaceleração da taxa de expansão do operariado industrial, à medida que novas tecnologias intensivas e importantes forem sendo utilizadas. Apesar dos custos relativamente baratos da mão de obra no Brasil, as indústrias automobilísticas, por exemplo, já avançaram bastante na introdução da robótica para substituir o trabalho humano em suas fábricas. Se isso ocorrer, o PT pode esperar pela estabilização e mesmo diminuição da sua base social entre os trabalhadores industriais, o que o coloca quase desde o início em uma posição defensiva, situação que seus congêneres europeus só tiveram que enfrentar bem mais tarde em sua história.

Em termos ideológicos, a competição pela conquista dos “corações e mentes” dos trabalhadores brasileiros foi para o PT, muito mais poderosa e sofisticada que para os partidos trabalhistas europeus em formação. O partido tinha de lutar não só contra a tradição como, também, em certa medida, contra a modernidade. A ampla difusão do rádio e da televisão como instrumentos de homogeneização cultural militava contra o tipo de identidade operária que os socialistas europeus procuraram construir no final do século XIX e início do século XX.

A “modernidade” também invoca todo um complexo de novas questões sociais que desafiaram as fronteiras da agenda social da esquerda tradicional no Brasil, num período em que, no caso petista, essa agenda mal estava formada. Embora o partido inicialmente definisse o operariado industrial como sua base principal, desde o começo ela incluía membros de outros tipos de grupos. Alguns deles tornaram-se uma parte cada vez mais importante do próprio movimento operário nos anos 80, com a nítida

---

<sup>34</sup> Sobre este dilema e os compromissos eleitorais envolvidos, ver Adam Przeworski, *Capitalism and social democracy*, cit., especialmente p. 99-133.

ascensão do sindicalismo “dos setores médios”. Outros abarcavam uma série de organizações, que iam dos “velhos” movimentos sociais, centrados em reivindicações materiais, até os “novos”, preocupados com questões qualitativas — ecologia, direitos das mulheres, minorias raciais, homossexuais. Esses grupos gravitaram em direção ao PT, pois viam nele um representante de uma proposta política alternativa que promovia a participação democrática e a discussão de formas de democracia direta. A mistura, no interior do PT, entre “velhos” e “novos” tipos de movimentos<sup>35</sup> não foi fácil, levando um observador a comentar logo no início que, ao invés de os movimentos tornarem-se uma “correia de transmissão” para o partido, estava ocorrendo o oposto: o PT estava no polo de recepção de um rol de lavanderia onde se expressavam as preocupações de toda uma série variada de grupos que não se integravam organicamente em nenhuma forma coerente de prática partidária. O cimento que agregou todos esses elementos, na medida em que alguma coisa foi capaz de fazê-lo, foi sua condição comum de exclusão da agenda política no Brasil. Esta constituía, no entanto, uma base comum bem precária. A orientação dos militantes do movimento operário no interior do partido voltava-se para as preocupações tradicionais dos partidos trabalhistas e socialistas, e baseava-se no crescimento econômico e industrial. Essas preocupações eram essencialmente quantitativas, embora a noção de uma cidadania ativa lhes fornecesse um componente qualitativo. Para os militantes de classe média dos “novos movimentos sociais”, as questões qualitativas eram as mais importantes; para alguns — os ecologistas, por exemplo — a orientação quantitativa era até mesmo contraproducente. Não obstante, a persistência de uma flagrante desigualdade no Brasil acabaria por convencer esses “pós-materialistas” que seu desejo de viver em uma sociedade igualitária e participativa exige que a ação política passe por um estágio em que ambos se combinem. Discutindo a ascensão de valores pós-materialistas na Europa, Inglehart notou que eles se direcionam para a esquerda precisamente por causa da dimensão igualitária do desejo de uma sociedade qualitativamente diferente.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> Uma discussão dos “novos” movimentos sociais no Brasil se encontra em Scott Mainwaring e Eduardo Viola, “New social movements, political culture and democracy”, *Telos* 61 (Fall 1984), p. 17-52.

<sup>36</sup> Ronald Inglehart, *The silent revolution: changing values and political styles among publics* (Princeton, Princeton University Press, 1977), capítulo 13.

Os partidos socialistas e socialdemocratas europeus têm também enfrentado um desafio crescente por parte dos “novos movimentos sociais” na última década. Entretanto, mais uma vez, isso ocorreu num estágio muito posterior de sua história, e bem depois de a maioria deles ter tomado conscientemente a decisão de aceitar as concessões e compromissos (*trade offs*) envolvidos na busca de aliados em outras classes. A tentativa de integrar novas reivindicações qualitativas em programas socialistas ocorreu no contexto de um esforço para expandir a base desses partidos, num momento em que os movimentos operários, embora na defensiva, haviam, em grande parte, conquistado seu lugar no sistema político. Não se tratava de uma aliança dos excluídos, no sentido brasileiro.

O fato de se analisar o PT sob uma perspectiva comparativa não leva à conclusão de que estamos tratando aqui de um partido socialista “em desenvolvimento”, cuja criação “tardia” pode ser explicada pelo fato de ele ter surgido num país “em desenvolvimento”, também “tardio” em alcançar os padrões dos modelos europeus. Todavia, as diferenças anteriormente discutidas levantam importantes questões sobre o surgimento e a sobrevivência do partido. Apesar do fato de não haver sinal de que as instituições políticas brasileiras estejam se tornando, em sua maioria, mais representativas, mais coerentes ou mais autônomas (na verdade, mais institucionalizadas), tanto o Partido dos Trabalhadores quanto algumas partes do movimento operário têm mostrado um desempenho cada vez melhor com relação a todas as medidas de institucionalização propostas por Huntington, embora não no mesmo grau. O partido era uma anomalia quando de sua criação, principalmente porque parecia responder em sua dinâmica a um conjunto de elementos diferentes daqueles que dominavam as fases iniciais da transição brasileira para um governo civil; ele continua a ser uma anomalia porque ainda obedece a uma lógica distinta e enfrenta dilemas diferentes daqueles encontrados nos outros partidos políticos no Brasil.<sup>37</sup> Constituir uma anomalia não denota necessariamente irrelevância. Precisamente por ser uma anomalia, o PT podia servir de canal de expressão a um amplo descontentamento com o *status quo*, como ocorreu nas eleições do final dos anos 80. Mas a capacidade de se constituir em

veículo de protesto não significa o mesmo que a de promover a implementação de mudanças sociais substantivas. O período de formação do partido, tema deste estudo, agora está concluído. Saber se o PT conseguirá usar sua nova legitimidade como instrumento de protesto de massa para tornar-se um partido de massa inteiramente institucionalizado, e se, ao fazê-lo, poderá transformar o ambiente político no Brasil, são questões que permanecem em aberto.

## Organização do texto

Os capítulos que seguem tentam integrar elementos contextuais e organizacionais para entender a formação de um partido que, sob vários aspectos, representava uma nova experiência no Brasil. Ao longo da maior parte do seu período de formação, o PT foi frequentemente mais notável por seus fracassos que por seus êxitos; à medida que o fim da transição foi se aproximando, muitos observadores deslocaram seu foco de análise dos julgamentos de acertos ou erros para o reconhecimento daquilo que o partido havia tentado.

O capítulo 2 apresenta uma breve visão de conjunto sobre a transição brasileira para a democracia e seu contexto institucional e histórico. O desenvolvimento, no final dos anos 70 e início da década de 80, de uma visão hegemônica da transição segundo a qual ela apresentava apenas possibilidades muito limitadas de mudança, e a conseqüente deslegitimação da ideia de que visões alternativas (e conflituais) deveriam tornar-se parte do processo institucional de democratização, ajuda a explicar a marginalidade inicial do PT.

O capítulo 3 discute o desenvolvimento da organização social e política no interior da oposição democrática nos anos 70 e o desenvolvimento do que parecia de início ser um discurso consensual no debate da esquerda sobre a democracia. Tratava-se de um consenso frágil, cuja unidade baseava-se em uma oposição comum ao regime autoritário, mais que em uma visão comum sobre o papel que organizações e movimentos de tipos muito distintos são chamados a desempenhar num regime democrático.

O capítulo 4 desloca-se da lógica do consenso para a da diferença, considerando mais especificamente o desenvolvimento de um movimento

---

<sup>37</sup> Ver, especialmente, Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*, cit.; Scott Mainwaring, “Political parties and prospects for democracy in Brazil”, cit.; e Guillermo O’Donnell, “Challenges to democratization in Brazil”, cit.

operário combativo e os debates e eventos que levaram à fundação do Partido dos Trabalhadores.

O capítulo 5 examina a tentativa do partido de dar forma institucional à sua pretensão de ser um partido de massa democrático e participativo, dentro dos limites da regulamentação dos sistemas partidário e eleitoral por parte do Estado. A legislação eleitoral teve uma influência importante na maneira pela qual o partido se formou e sobre as relações no seu interior. As experiências eleitorais posteriores, as relações contínuas do PT com outros movimentos sociais e a existência de diversas facções no interior do partido estimularam o debate interno sobre a identidade partidária e o desenvolvimento de estruturas internas para processar essas diferenças.

O capítulo 6 considera a evolução do enfoque do PT sobre as eleições. Em particular, presta atenção à sua primeira experiência eleitoral em 1982, cujos resultados, significativamente piores que os esperados, levaram a uma reavaliação fundamental tanto do seu equilíbrio interno de forças quanto da força relativa de sua base social.

Embora a decisão de muitos militantes petistas de centrar sua atuação, depois de 1982, em atividades organizacionais no interior dos sindicatos ou dos movimentos sociais, e não na organização do partido, parecesse na ocasião significar que batiam em retirada do campo da política, a força crescente dessas organizações e do movimento operário em particular reforçou indiretamente a imagem do partido; esta relação é discutida no capítulo 7.

O crescimento da influência do partido no movimento operário e em outros movimentos sociais ajudou a transformá-lo em receptáculo de um importante voto de protesto, em 1985, 1988 e 1989, e contribuiu para o seu crescimento constante nas eleições legislativas de 1986 e 1990. O PT enfrentou sérias dificuldades para lidar com aqueles poucos cargos institucionais conquistados em 1982 e a atitude generalizada de “volta às bases” não deu, de início, grande importância à sua resolução. Os dilemas políticos envolvidos na relação entre a organização partidária e os representantes eleitos, que se relacionam à dificuldade de o partido formular uma estratégia para a ação política — e também social —, são discutidos no capítulo 8.

Na primeira metade dos anos 80, quando a maior parte da pesquisa para este livro foi realizada, frequentemente parecia que as dificuldades em resolver os desafios internos e externos destruiriam o partido. Se a conjuntura política tivesse permanecido de tal forma que o PMDB pudesse reivindicar para si o crédito de uma transição democrática bem-sucedida, essas questões poderiam ter produzido exatamente esse resultado. Mas a grande distância que se criou entre as expectativas e o desempenho, particularmente durante o governo Sarney, e o caráter cada vez mais amorfo que, enquanto instituição, o PMDB passou a demonstrar, terminaram por abalar a credibilidade de sua pretensão. Quando a frágil presença pública do PT foi reforçada pelos ganhos eleitorais de 1985 e 1986, cresceu também o incentivo para que o partido levasse mais a sério tanto a necessidade de uma maior institucionalização interna quanto a de formular uma estratégia política. À medida que o partido amadurecia, aumentava também sua capacidade de capitalizar os recursos políticos que desenvolvera anteriormente. Sua diferença, de início a razão de sua fraqueza, tornou-se uma fonte de sua força.

Apesar da explosiva emergência do PT como um ator crucial no plano nacional nas eleições de 1988 e 1989, seu futuro permanece uma questão aberta. Ainda que o partido pretenda refletir e representar uma evolução significativa da sociedade brasileira, ele continua, em certa medida, a falar no vazio. Ao mesmo tempo em que se viu impedido, por seu próprio projeto, de adaptar-se inteiramente ao seu ambiente político, ele não conseguiu, por outro lado, transformá-lo. Dez anos após o seu início, o PT continua a ser uma anomalia. Não obstante, sua sobrevivência e crescimento dão provas de que o Brasil está mudando tanto a partir das bases quanto a partir de cima.